

O PAPEL DA MODALIDADE
DE ENSINO EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS - NÍVEL
MÉDIO NO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ESTADO DE
GOIÁS

THE ROLE OF UPPER-SECONDARY YOUTH AND ADULT EDUCATION IN
THE REGIONAL DEVELOPMENT OF THE STATE OF GOIÁS

Ciências Humanas • 26/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/777136091](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/777136091)

Marcos Roberto Fernandes Filho¹

Edna Maria de Jesus²

RESUMO

O presente artigo analisa o papel da Educação de Jovens e Adultos de nível médio no desenvolvimento regional do estado de Goiás, destacando sua relevância sociopolítica, econômica e territorial. A investigação demonstra que a modalidade desempenha funções reparadora, equalizadora e emancipadora, especialmente para sujeitos historicamente excluídos do sistema escolar. Com base em dados recentes da literatura e em levantamentos estaduais, evidencia-se que desigualdades de acesso, lacunas de infraestrutura, fragilidades na formação docente e a ausência de oferta em diversos municípios constituem fatores que limitam seu alcance e comprometem sua capacidade transformadora. Ao mesmo tempo, verifica-se que a modalidade contribui significativamente para a ampliação do capital humano, fortalecimento da cidadania, inclusão produtiva e redução de assimetrias territoriais, sobretudo em regiões que demandam trabalhadores escolarizados para atender às dinâmicas do agronegócio, da mineração, da logística e dos serviços. Conclui-se que a consolidação da modalidade requer políticas intersetoriais, investimentos contínuos, territorialização das estratégias e reconhecimento da escolarização como elemento central do desenvolvimento humano e econômico em Goiás.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Desenvolvimento regional; Goiás; Capital humano; Políticas educacionais.

ABSTRACT

This article examines the role of upper-secondary Youth and Adult Education in the regional development of the state of Goiás, Brazil, emphasizing its social, political, economic, and territorial relevance. The analysis shows that the modality fulfills restorative, equalizing, and emancipatory functions, particularly for individuals historically excluded from formal schooling. Based on recent literature and

state-level data, the study identifies structural inequalities, lack of infrastructure, insufficient teacher training, and the absence of provision in many municipalities as elements that restrict the modality's reach and transformative capacity. At the same time, the findings indicate that Youth and Adult Education contributes significantly to strengthening human capital, enhancing citizenship, promoting productive inclusion, and reducing territorial disparities, especially in regions that demand a more educated workforce due to the growth of agribusiness, mining, logistics, and services. It is concluded that the consolidation of this modality requires intersectoral policies, sustained investment, territorialized planning, and the recognition of education as a key factor in human and economic development in Goiás.

Keywords: Youth and Adult Education; Regional development; Goiás; Human capital; Educational policies.

RESUMEN

Este artículo analiza el papel de la Educación de Jóvenes y Adultos en el nivel medio dentro del desarrollo regional del estado de Goiás, destacando su relevancia social, política, económica y territorial. El estudio demuestra que la modalidad cumple funciones reparadoras, igualadoras y emancipadoras, especialmente para sujetos históricamente excluidos del sistema educativo. A partir de datos recientes de la literatura y de informes estatales, se evidencian desigualdades de acceso, carencias de infraestructura, fragilidades en la formación docente y ausencia de oferta en numerosos municipios, factores que limitan su impacto y reducen su capacidad transformadora. Al mismo tiempo, se constata que la modalidad contribuye de manera significativa al fortalecimiento del capital humano, a la inclusión productiva, al ejercicio de la ciudadanía y a la reducción de las desigualdades territoriales, en especial en regiones

que demandan trabajadores escolarizados para responder a las dinámicas del agronegocio, la minería, la logística y los servicios. Se concluye que la consolidación de esta modalidad exige políticas intersectoriales, inversiones continuas, estrategias territorializadas y el reconocimiento de la educación como elemento central del desarrollo humano y económico en Goiás.

Palabras-clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Desarrollo regional. Goiás. Capital humano. Políticas educativas.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos de nível médio tem adquirido importância crescente no cenário educacional brasileiro, sobretudo diante das desigualdades históricas que atravessam o acesso à escolarização e às oportunidades socioeconômicas. No estado de Goiás, essa modalidade assume papel estratégico para a reparação de trajetórias interrompidas e para a democratização do ensino, especialmente considerando que as dinâmicas econômicas regionais exigem níveis mais elevados de qualificação e escolaridade. Como afirma Martin (2025), a modalidade constitui um espaço fundamental para sujeitos que tiveram suas vivências formativas marcadas por exclusão, trabalho precoce ou desigualdades territoriais.

O comportamento recente da EJA no Brasil demonstra que a modalidade tem enfrentado reduções significativas em suas matrículas, resultado de políticas insuficientes de manutenção da oferta, de fragilidades organizacionais e da ausência de estratégias de valorização da modalidade. Para Castro (2024), essas quedas revelam limites estruturais e financeiros que afetam diretamente a educação de jovens e adultos e dificultam a consolidação de

políticas públicas duradouras. Novais (2024) destaca que, mesmo diante dos avanços da Agenda 2030, a EJA permanece como uma das políticas mais vulneráveis do sistema educacional, com desafios persistentes relacionados a acesso, permanência e articulação com o desenvolvimento local.

O perfil dos estudantes evidencia o caráter social da EJA, marcada pela forte presença de mulheres, pessoas negras e trabalhadores com vínculos precários, contextos que reforçam a necessidade de políticas voltadas à equidade. Segundo Oliveira (2024), a modalidade atua como um dos poucos mecanismos de inclusão educacional para grupos que historicamente estiveram afastados da escola. Para Rodrigues (2023), a EJA não se restringe à certificação escolar, mas promove práticas de cidadania, participação social e reconhecimento identitário, desempenhando função essencial na superação de desigualdades estruturais.

Outro desafio relevante diz respeito à organização pedagógica e à infraestrutura da modalidade. Estudos recentes indicam que a falta de condições adequadas, formação docente específica e continuidade das turmas impacta negativamente a aprendizagem e a permanência dos estudantes (PAULA PEREIRA et al., 2025). Silva (2023) observa que a EJA integrada à educação profissional poderia ampliar oportunidades e fortalecer a inserção produtiva, desde que acompanhada de políticas estáveis, financiamento consistente e gestão efetiva.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível compreender a EJA de nível médio como elemento estruturante do desenvolvimento regional, capaz de articular escolarização, qualificação e cidadania. A modalidade contribui para elevar indicadores educacionais,

dinamizar economias locais e promover inclusão social. Conforme discute Malta et al. (2025), a EJA desempenha papel decisivo na transformação territorial ao fortalecer capacidades individuais e coletivas, ampliando a participação social e possibilitando trajetórias de mobilidade educacional e econômica. Assim, investigar o papel da EJA no estado de Goiás implica reconhecer sua centralidade para a construção de um projeto de desenvolvimento mais justo, democrático e sustentável.

PANORAMA HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIOEDUCACIONAL DA EJA NO ESTADO DE GOIÁS

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no estado de Goiás é marcada por mudanças estruturais que refletem tanto os avanços quanto os limites das políticas públicas nas últimas décadas. Assim que se analisam os registros históricos, observa-se que a modalidade surgiu como resposta às desigualdades sociais profundas que atravessam o território goiano, sobretudo nas regiões mais afastadas dos centros urbanos, onde a exclusão escolar sempre se mostrou mais persistente. De fato, diferentes ciclos econômicos, migrações internas e ausência de políticas continuadas contribuíram para manter o público jovem-adulto afastado da escolarização formal, situação que se intensificou a partir da modernização acelerada do estado. Em síntese, esse cenário inicial já delineava um desafio estrutural significativo, conforme apontado por Silva, Silva e Oliveira (2023).

Em seguida, torna-se evidente que as políticas educacionais implementadas ao longo do tempo oscilaram entre iniciativas de expansão da oferta e períodos de retração, refletindo mudanças nos modelos de financiamento, nos interesses governamentais e nos

próprios arranjos institucionais da rede pública. A propósito, o crescimento econômico de Goiás entre os anos 2000 e 2020 não se traduziu automaticamente em ampliação consistente da escolarização jovem-adulta, pois as desigualdades municipais e as fragilidades na gestão educacional continuaram exercendo impacto direto nas trajetórias de jovens e adultos trabalhadores. A esse respeito, diferentes análises demonstram que políticas intermitentes e desarticuladas contribuíram para oscilações importantes no número de matrículas em toda a rede estadual, o que se alinha às constatações de Freitas (2024).

Durante esse processo histórico, percebe-se que a descentralização de políticas educacionais trouxe novos desafios para os municípios, que passaram a assumir responsabilidades significativas sem garantia equivalente de financiamento ou suporte técnico. Possivelmente, essa condição contribuiu para o fechamento de turmas e para a dificuldade de manter a continuidade das ofertas em várias localidades, sobretudo naquelas classificadas como de pequeno porte populacional. Some-se a isto a distribuição desigual de infraestrutura escolar, que limita a presença efetiva da modalidade na totalidade do território goiano, agravando disparidades internas entre regiões. Ao discutir esse processo, Castro (2024) destaca a fragilidade histórica do financiamento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil como fator que compromete sua sustentabilidade.

Quando se analisa o panorama recente, verifica-se que a última década foi marcada pela diminuição das matrículas no ensino médio jovem-adulto, tendência que acompanha o movimento nacional identificado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Em Goiás, entretanto, essa redução assume contornos

específicos, pois ocorre simultaneamente à ampliação da complexidade socioeconômica do estado, o que exige níveis maiores de escolaridade para inserção produtiva e participação cidadã. Ao lado de tais demandas, muitos municípios goianos não conseguiram manter a modalidade ativa, resultando em uma lacuna territorial expressiva que evidencia a distância entre políticas planejadas e execução real. Nesse sentido, Martin (2025) argumenta que o abandono escolar e a falta de políticas duradouras reforçam o ciclo de exclusão.

Ao se observar o território goiano, torna-se claro que desigualdades históricas moldam profundamente a distribuição da oferta da modalidade, pois há regiões onde a presença da escolarização jovem-adulta continua escassa ou inexistente. De acordo com os levantamentos recentes, dezenas de municípios não registram turmas ativas, revelando a dimensão das lacunas territoriais e o impacto direto sobre o direito constitucional à educação. Essas ausências se relacionam também ao fenômeno da descontinuidade das turmas, bastante comum em áreas rurais e povoados mais afastados, que dependem de profissionais especializados e recursos materiais nem sempre disponíveis. Em outras palavras, a desigualdade espacial contribui tanto para a redução das matrículas quanto para a fragilidade da permanência escolar, conforme apontado por Rodrigues (2023).

Ao longo dos anos, percebe-se que mudanças no perfil econômico goiano influenciaram diretamente a necessidade de fortalecer políticas educacionais que dialogassem com as transformações produtivas e com a formação de força de trabalho mais qualificada. Entretanto, diversas iniciativas ficaram restritas a programas pontuais, sem integração com políticas de desenvolvimento regional

que pudessem garantir continuidade e impacto ampliado. Por esse motivo, observa-se que muitos estudantes jovens-adultos permanecem distantes de oportunidades formativas essenciais para sua autonomia e reinserção escolar. Em resumo, a falta de articulação entre políticas educacionais, econômicas e sociais resultou em ações fragmentadas, situação criticada por Novais (2024).

Com o avanço das políticas de modernização do estado, surgiram projetos que buscavam incorporar tecnologias e novas metodologias à Educação de Jovens e Adultos, com o intuito de facilitar o acesso e reduzir barreiras espaciais que dificultam a frequência escolar. Entretanto, tais iniciativas foram insuficientes para alcançar municípios com fragilidade estrutural, cuja dependência de transporte escolar e de infraestrutura mínima continua sendo um ponto crítico. Além disso, a integração tecnológica não ocorreu de forma homogênea, pois ainda há estudantes sem acesso aos recursos digitais mais básicos, dificultando a implementação de propostas pedagógicas inovadoras. Assim, a discussão levantada por Oliveira (2024) sobre inclusão digital se torna central para compreender tais desigualdades.

Em algum momento desse processo, um dos desafios mais evidentes foi o risco de descaracterização da modalidade, especialmente quando turmas passaram a receber estudantes menores de idade que deveriam estar matriculados na educação regular. Tal situação produz distorções no público-alvo, fragiliza o planejamento pedagógico e resulta em conflitos institucionais que dificultam a efetividade das ações propostas. Além disso, esse fenômeno mascara a verdadeira demanda pelo atendimento jovem-adulto e pode comprometer diagnósticos sobre evasão e

participação da comunidade escolar. Essa questão é amplamente discutida por Paula Pereira et al. (2025), que apontam os efeitos das distorções no planejamento das políticas educacionais.

De fato, uma análise socioeducacional mais cuidadosa revela que a diminuição das matrículas não representa apenas perda quantitativa, mas alcança dimensões qualitativas relacionadas à perda de oportunidades formativas para grupos já vulnerabilizados historicamente. Em áreas rurais, por exemplo, a ausência de turmas implica restringir a mobilidade social de trabalhadores que dependem da escolarização para acessar novas oportunidades laborais e participar de processos de desenvolvimento local. Essa realidade mostra que o enfraquecimento da modalidade não é apenas um indicador educacional, mas também um indicador de desigualdade regional, tema intensamente debatido por Malta et al. (2025) em suas análises sobre inclusão e cidadania.

Quando se considera a soma de todos esses elementos, percebe-se que o panorama histórico, político e socioeducacional da modalidade no estado de Goiás evidencia um conjunto complexo de desafios que se entrelaçam com desigualdades sociais, regionais e econômicas. Dessa forma, compreender a evolução da modalidade é fundamental para interpretar o perfil dos estudantes que acessam a escolarização jovem-adulta e para identificar as tensões que moldam suas trajetórias formativas. Por isso, o próximo tópico aprofunda justamente esse debate, analisando o perfil dos sujeitos que compõem a Educação de Jovens e Adultos em Goiás, conforme já observado por Santos Dos et al. (2025).

PERFIL DOS ESTUDANTES E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS QUE ATRAVESSAM A EJA GOIANA

O perfil dos estudantes que buscam a modalidade em Goiás revela muito mais do que características individuais, pois incorpora dimensões históricas e estruturais que moldam a realidade educacional do estado. Por exemplo, uma grande parcela dos matriculados é composta por trabalhadores com trajetórias escolares marcadas por interrupções, reprovações e necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, realidade que se intensificou nas últimas décadas em virtude das mudanças socioeconômicas do território. Dessa forma, compreender quem são esses estudantes implica reconhecer os impactos da desigualdade, da exclusão e das fragilidades institucionais sobre suas trajetórias, conforme argumenta Freitas (2024).

Além disso, quando se observam os dados etários, é possível notar que há uma concentração significativa de jovens entre 18 e 29 anos, embora a modalidade também atenda adultos e idosos que retornam aos estudos depois de longos períodos de afastamento escolar. Todavia, um dos problemas recorrentes levantados pelos estudos recentes refere-se à presença indevida de estudantes menores de idade matriculados na modalidade, situação que compromete a organização pedagógica e viola a finalidade legal da escolarização jovem-adulta. Essa distorção indica falhas no controle de matrícula e revela dificuldades administrativas enfrentadas pela rede pública, conforme destacado por Silva, Silva e Oliveira (2023).

Ao lado dessa questão, também se observa que estudantes autodeclarados pretos e pardos representam a maioria dos matriculados, algo que evidencia como fatores raciais continuam a influenciar desigualdades educacionais no estado. Em outras palavras, a modalidade tem sido um espaço de recomposição escolar para grupos historicamente excluídos, cujas condições

sociais e econômicas dificultaram o acesso e a permanência no ensino regular. É importante considerar que tais desigualdades se relacionam a processos mais amplos de marginalização que atingem populações racializadas em diferentes dimensões da vida social, aspecto amplamente discutido por Martin (2025).

No que se refere ao gênero, observa-se predominância feminina nas matrículas, fenômeno que se relaciona tanto à busca por qualificação quanto à sobrecarga que recai sobre mulheres em contextos de vulnerabilidade. Muitas delas precisam conciliar trabalho doméstico, cuidado familiar e atividades profissionais, o que torna a modalidade uma alternativa possível, embora cercada de obstáculos. Em muitos casos, a chegada dessas estudantes à escola é acompanhada de barreiras como transporte limitado, poucas creches públicas e carga de trabalho elevada, fatores que dificultam a continuidade dos estudos. Ao analisar questões de gênero na escolarização de jovens e adultos, Rodrigues (2023) reforça que desigualdades estruturais impactam a permanência feminina nas salas de aula.

Outro aspecto essencial refere-se às condições socioprofissionais dos estudantes, pois grande parte do público desempenha atividades informais, trabalhos temporários ou ocupações com baixa remuneração. Essa realidade contribui para a evasão, já que muitos precisam priorizar o trabalho para garantir sustento imediato, comprometendo a frequência escolar. Some-se a isto a inexistência de políticas consistentes de assistência estudantil voltadas ao público jovem-adulto, algo que reduz ainda mais as condições materiais necessárias para que esses sujeitos se mantenham na escola. Nesse sentido, Paula Pereira et al. (2025) explicam que a

vulnerabilidade socioeconômica é um dos principais fatores que determinam o abandono escolar na modalidade.

A escolarização desses estudantes também é atravessada por barreiras simbólicas e afetivas, pois muitos chegam às unidades educacionais carregando experiências traumáticas de fracasso escolar, discriminação e baixa autoestima. Quando se fala sobre trajetória educacional interrompida, é necessário considerar que o retorno à escola só ocorre após reflexões profundas sobre identidade, trabalho e futuro, o que demanda acolhimento pedagógico sensível e metodologias diferenciadas. Desse modo, torna-se evidente que fatores subjetivos e institucionais se combinam e afetam a participação dos estudantes, uma reflexão aprofundada por Malta et al. (2025).

Outro desafio que perpassa o perfil dos estudantes é o acesso limitado às tecnologias e aos recursos digitais, cenário especialmente problemático em regiões rurais e periféricas. Isso ocorre porque muitos dependem exclusivamente de dispositivos móveis com baixa capacidade, internet restrita ou espaços públicos que ofereçam acesso gratuito, como bibliotecas e telecentros. Entretanto, tais recursos não estão distribuídos uniformemente pelo território goiano, produzindo novas formas de exclusão que se somam às já existentes. Como ressalta Oliveira (2024), a inclusão digital é condição indispensável para que estudantes consigam acompanhar práticas pedagógicas contemporâneas.

Em algumas localidades, estudantes ainda convivem com estigmas sociais que associam a modalidade a fracasso escolar ou falta de capacidade intelectual, percepções equivocadas que desconsideram as condições sociais que influenciam a trajetória escolar de cada

indivíduo. A propósito, esses estigmas afetam diretamente a autoestima dos estudantes e podem inibir sua participação ativa nas atividades escolares, dificultando o desenvolvimento de competências essenciais para sua autonomia. Em resumo, superar tais estigmas requer ações pedagógicas e comunitárias que revalorizem a modalidade como espaço de reconstrução e não de estigmatização, argumento defendido por Novais (2024).

Ainda é importante destacar que o perfil dos estudantes se transforma de acordo com as dinâmicas territoriais e econômicas locais, pois regiões fortemente influenciadas pelo agronegócio e pela mineração atraem trabalhadores migrantes que interrompem seus estudos em busca de emprego. Dessa forma, o fluxo migratório afeta a composição das turmas e gera desafios para o planejamento educacional, já que muitos estudantes têm trajetórias marcadas por mobilidade constante. Do mesmo modo, a própria demanda pela modalidade varia conforme ciclos produtivos e variações sazonais de trabalho, conforme descreve Castro (2024).

Analisar o perfil dos estudantes da modalidade em Goiás contribui para compreender como desigualdades educacionais, raciais, territoriais e de gênero se combinam e afetam diretamente a escolarização jovem-adulta. Dessa forma, a identificação dessas características permite interpretar com maior profundidade os desafios enfrentados pelas unidades escolares e possibilita o delineamento de políticas mais assertivas e territorializadas. Assim, o próximo tópico examina as condições de oferta, incluindo infraestrutura e formação docente, uma vez que essas dimensões representam fatores essenciais para a qualidade da modalidade e dialogam diretamente com as análises de Santos Dos et al. (2025).

INFRAESTRUTURA, FORMAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS PEDAGÓGICOS NA OFERTA DA EJA DE NÍVEL MÉDIO

A infraestrutura destinada à oferta da modalidade em Goiás revela um conjunto de limitações que repercutem diretamente na qualidade do processo educativo, especialmente em regiões mais afastadas dos centros urbanos. Em muitas unidades escolares, observa-se a insuficiência de salas adequadas, ausência de laboratórios, iluminação precária e carência de ambientes pedagógicos que favoreçam metodologias diferenciadas. Essa condição evidencia que a modalidade historicamente recebeu investimentos inferiores aos destinados ao ensino regular, o que compromete a experiência educacional dos estudantes que retornam à escola após longos períodos de afastamento. De fato, tal cenário se relaciona profundamente com os problemas identificados por Silva, Silva e Oliveira (2023).

Além disso, a precarização da infraestrutura limita a capacidade das escolas de implementar práticas inovadoras que considerem a heterogeneidade das turmas e a complexidade das trajetórias dos estudantes. Em algumas localidades, não há disponibilidade de transporte escolar adequado, o que intensifica o problema da evasão e dificulta a frequência contínua, sobretudo entre trabalhadores que conciliam estudo e jornada laboral extensa. Dessa forma, a falta de estrutura física e logística compromete diretamente o direito à educação e torna ainda mais desafiador o esforço de reescolarização dos sujeitos que buscam a modalidade. Ao analisar essa problemática, Rodrigues (2023) destaca que a exclusão educacional frequentemente se agrava quando as condições materiais são precárias.

Quando se discute formação docente, torna-se evidente que grande parte dos professores da modalidade não recebeu capacitação específica para atuar com jovens e adultos, o que limita a construção de práticas pedagógicas contextualizadas e efetivas. Embora muitos profissionais apresentem dedicação significativa, a carência de formação continuada específica dificulta o desenvolvimento de metodologias ativas, experiências interdisciplinares e práticas que valorizem a trajetória dos estudantes. Some-se a isso a necessidade de compreender as dimensões psicossociais que permeiam o retorno à escola em idade adulta, o que exige sensibilização e repertório formativo consistente. Nesse sentido, Malta et al. (2025) reforçam que a formação docente precisa acompanhar as complexidades da modalidade.

Outro obstáculo importante diz respeito às condições de trabalho dos professores, que muitas vezes atuam em diferentes turnos, acumulam jornadas e enfrentam baixos salários, fatores que reduzem o tempo e a energia necessários para planejamento adequado das atividades. A ausência de equipes multidisciplinares também compromete o atendimento integral das necessidades dos estudantes, especialmente em temas relacionados à orientação profissional, assistência social e apoio psicológico. Em síntese, as condições precárias de trabalho impactam diretamente a permanência e o desempenho docente, como observa Freitas (2024) ao discutir dificuldades estruturais enfrentadas pelos profissionais da educação.

Em diversas regiões, observa-se também uma alta rotatividade de docentes, o que provoca rupturas no processo pedagógico e dificulta o estabelecimento de vínculos com os estudantes. Essa instabilidade prejudica a construção de trajetórias formativas

contínuas e impede que práticas inovadoras se consolidem, já que a cada mudança de professor há uma redefinição de estratégias, abordagens e dinâmicas de sala de aula. Além disso, a falta de continuidade causa desmotivação entre estudantes que já enfrentam obstáculos para frequentar a escola, contribuindo ainda mais para a evasão. De acordo com Novais (2024), políticas educacionais fragmentadas são particularmente prejudiciais em modalidades que demandam regularidade e acompanhamento sistemático.

Em educação de jovens e adultos, a metodologia constitui um dos pilares centrais do processo de ensino, pois é necessário reconhecer que estudantes apresentam experiências de vida diversificadas, expectativas distintas e ritmos próprios de aprendizagem. Entretanto, a ausência de formação adequada e de infraestrutura limita a implementação de metodologias participativas, projetos interdisciplinares e práticas que valorizem saberes prévios dos estudantes. A propósito, muitos conteúdos acabam sendo ministrados de forma tradicional, desconsiderando a riqueza que o público jovem-adulto traz para a sala de aula e reduzindo o potencial emancipador da modalidade. A esse respeito, Paula Pereira et al. (2025) ressaltam que metodologias inadequadas representam barreira significativa para o engajamento dos estudantes.

A dificuldade de integrar tecnologias educacionais ao ensino também constitui um desafio estruturante, especialmente porque muitos estudantes não dispõem de equipamentos pessoais, internet de qualidade ou familiaridade com ambientes digitais. Por ora, a falta de equipamentos nas escolas impede a utilização plena de plataformas digitais, recursos audiovisuais e atividades interativas que poderiam enriquecer o processo pedagógico. Ao mesmo

tempo, práticas inovadoras dependem de suporte tecnológico que ainda não está universalizado na rede pública goiana. Nesse sentido, Oliveira (2024) enfatiza que a inclusão digital deve ser tratada como política essencial para reduzir desigualdades educacionais.

Em áreas rurais, os desafios tornam-se ainda mais expressivos, pois as escolas costumam enfrentar limitações estruturais mais severas e dificuldades de acesso que afetam tanto professores quanto estudantes. Em muitos casos, as unidades funcionam em prédios improvisados, com recursos escassos e sem condições para atividades diversificadas. Essa ausência de infraestrutura compromete não apenas o processo pedagógico, mas também a percepção dos estudantes sobre a relevância da escolarização jovem-adulta para seus projetos de vida e inclusão produtiva. Como observa Castro (2024), desigualdades territoriais afetam diretamente a efetividade das políticas educacionais.

Mesmo diante de tantos desafios, algumas iniciativas de formação docente, projetos integrados e práticas inovadoras têm sido implementadas em determinadas regiões do estado. Essas ações demonstram que é possível desenvolver estratégias mais alinhadas às necessidades do público jovem-adulto, especialmente quando há investimento adequado, apoio institucional e articulação entre diferentes setores. Entretanto, tais iniciativas ainda são pontuais e não alcançam a totalidade do território goiano, o que reforça a necessidade de políticas articuladas e estruturantes. Assim, Martin (2025) afirma que ações isoladas tendem a ser insuficientes para transformar o panorama da modalidade.

Ao compreender as limitações de infraestrutura, a formação docente e os desafios pedagógicos, torna-se evidente que a qualidade da

modalidade em Goiás está profundamente condicionada a esses fatores estruturais que definem o cotidiano das escolas. Dessa forma, avançar na compreensão da modalidade implica analisar como a escolarização se articula ao desenvolvimento econômico e territorial do estado, sobretudo em um contexto produtivo que exige competências mais amplas e formação permanente. Assim, o próximo tópico examina a articulação entre educação, qualificação profissional e demandas econômicas regionais, tema amplamente abordado por Santos Dos et al. (2025).

A ARTICULAÇÃO ENTRE EJA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DEMANDAS ECONÔMICAS DO TERRITÓRIO GOIANO

A relação entre a escolarização jovem-adulta e as demandas econômicas do estado de Goiás revela um cenário no qual a educação se torna elemento fundamental para o fortalecimento da força de trabalho e para o desenvolvimento regional equilibrado. Como o território goiano apresenta forte presença do agronegócio, da mineração, da logística e de serviços, a exigência por qualificação mínima torna-se cada vez mais evidente, influenciando diretamente as possibilidades de inserção produtiva dos sujeitos que não concluíram o ensino médio na idade regular. Em meio a essa realidade, percebe-se que a modalidade se destaca como mecanismo de recomposição educacional, mas ainda enfrenta diversos desafios para dialogar plenamente com as necessidades econômicas contemporâneas, conforme afirma Freitas (2024).

Além disso, a compreensão de que educação e economia caminham juntas é essencial para analisar o papel da modalidade no contexto goiano, pois trabalhadores sem escolarização completa encontram maiores dificuldades de mobilidade profissional e

permanecem, com frequência, restritos a ocupações de baixa remuneração. A propósito, muitos estudantes buscam a escolarização não apenas pela certificação, mas pela expectativa de acessar empregos mais qualificados, que exigem competências técnicas e cognitivas cada vez mais complexas. Em síntese, a relação entre escolarização e empregabilidade assume papel estratégico para a construção de trajetórias profissionais mais estáveis e produtivas, discussão também presente nas análises de Silva, Silva e Oliveira (2023).

Outro ponto relevante refere-se à necessidade de integrar a escolarização à formação profissional, uma vez que a modalidade, ao ser articulada com cursos de qualificação, pode ampliar significativamente as oportunidades de trabalhadores que precisam conciliar estudo e trabalho. Quando se fala em políticas de formação profissional no território goiano, observa-se que programas voltados à capacitação técnica e tecnológica ainda apresentam alcance limitado, especialmente em regiões rurais e municípios com menor capacidade institucional. Dessa forma, a integração entre escola e qualificação deveria ser fortalecida como estratégia de inclusão produtiva, como argumenta Martin (2025) ao tratar da importância de políticas intersetoriais alinhadas.

Ao lado dessas questões, verifica-se que o desenvolvimento econômico acelerado do estado exige competências que vão além da escolarização formal, incluindo habilidades de resolução de problemas, comunicação, uso de tecnologias e adaptação às mudanças constantes do mercado de trabalho. Entretanto, a ausência de políticas robustas de formação continuada para jovens e adultos faz com que parte significativa da população permaneça distante dessas oportunidades, gerando um descompasso entre as

exigências do setor produtivo e a realidade educacional dos trabalhadores. Por isso, a modalidade apresenta potencial para reduzir desigualdades produtivas, conforme ressalta Novais (2024) ao analisar relações entre educação e desenvolvimento.

Outro aspecto que merece destaque são as desigualdades territoriais que marcam o estado de Goiás, pois regiões com maior concentração industrial e agropecuária apresentam demandas formativas distintas das áreas de menor dinamismo econômico. Em municípios com forte presença da agroindústria, por exemplo, competências técnicas relacionadas à produção agrícola, logística e gestão operacional tornam-se prioritárias, o que faz da escolarização jovem-adulta ferramenta essencial para atender às necessidades empresariais. Do mesmo modo, regiões com atividades turísticas, comerciais e minerárias exigem formação específica que dialogue com suas características locais. Em tal perspectiva, Paula Pereira et al. (2025) lembram que políticas educacionais territorializadas são fundamentais para atender diversidades regionais.

Além das particularidades econômicas internas ao estado, é necessário considerar que a formação escolar contribui para o desenvolvimento de capital humano, entendido como o conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que ampliam as possibilidades de inserção produtiva e participação social. Assim que se compreende essa noção, percebe-se que a modalidade se torna elemento central para democratizar oportunidades e permitir que trabalhadores historicamente excluídos alcancem autonomia econômica. No centro desse debate, a articulação entre escolarização e desenvolvimento territorial emerge como caminho promissor para reduzir desigualdades acumuladas ao longo do tempo, tema discutido por Rodrigues (2023).

No entanto, apesar de seu potencial, a integração entre escolarização jovem-adulta e desenvolvimento econômico ainda é limitada devido à falta de planejamento conjunto entre setores governamentais responsáveis pela educação, economia, trabalho e assistência social. Isso ocorre porque muitas políticas são formuladas de forma isolada, sem considerar a interdependência entre escolarização e demandas laborais, o que gera ações fragmentadas e pouco eficazes. Some-se a isto a dificuldade de implementação de programas profissionalizantes em municípios que sequer possuem turmas regulares da modalidade, o que evidencia a necessidade de revisão do planejamento educacional. A esse respeito, Castro (2024) destaca que políticas desconectadas comprometem a formação integral dos trabalhadores.

A discussão sobre empregabilidade também deve considerar que muitos estudantes vivem situações de vulnerabilidade social que dificultam o acesso à formação técnica e profissional, incluindo falta de transporte, insegurança alimentar e ausência de políticas de assistência estudantil voltadas ao público jovem-adulto. Dessa forma, a escolarização sozinha não é suficiente para transformar sua realidade, sendo necessária a articulação com políticas que garantam condições básicas de permanência. Com certeza, ações integradas têm maior impacto quando buscam responder simultaneamente às necessidades educacionais, econômicas e sociais dos estudantes, como indica Oliveira (2024) ao discutir inclusão e oportunidades formativas.

Em algum momento desse processo, torna-se evidente que políticas de inovação social e iniciativas comunitárias também desempenham papel importante na formação dos estudantes, pois possibilitam o desenvolvimento de competências relacionadas à

resolução de problemas e à construção de soluções para desafios coletivos. Quando articuladas a práticas educativas contextualizadas, tais iniciativas fortalecem vínculos comunitários e ampliam o alcance da escolarização como ferramenta de transformação social. Dessa forma, iniciativas locais podem potencializar a inclusão produtiva e favorecer a construção de alternativas econômicas mais sustentáveis. Assim, Malta et al. (2025) reforçam que a inovação social deve ser entendida como parte das práticas formativas.

Dessa forma, ao considerar todas essas dimensões, percebe-se que a modalidade desempenha papel crucial na formação de trabalhadores capazes de participar de maneira mais ativa e qualificada do desenvolvimento econômico do estado. Dessa forma, compreender sua articulação com o mundo do trabalho é essencial para fortalecer políticas educacionais e construir estratégias de desenvolvimento que sejam verdadeiramente inclusivas. Assim, o próximo tópico analisará o potencial transformador da modalidade para o desenvolvimento humano e territorial em Goiás, articulando escolarização, cidadania e fortalecimento do capital humano, como também destacam Santos Dos et al. (2025).

POTENCIAL TRANSFORMADOR DA EJA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E TERRITORIAL EM GOIÁS

O potencial transformador da escolarização jovem-adulta no estado de Goiás manifesta-se em diferentes dimensões que envolvem não apenas a ampliação das oportunidades educativas, mas também o fortalecimento da cidadania e da inclusão social. Em outras palavras, quando estudantes retornam à escola para concluir o ensino médio, passam a acessar condições mais amplas de participação na vida econômica, comunitária e política, o que contribui para reduzir

desigualdades históricas presentes no território goiano. Assim, a modalidade cumpre uma função essencial ao possibilitar que sujeitos que antes estavam à margem do sistema educacional tenham novas possibilidades de desenvolvimento, conforme já analisado por Freitas (2024).

Além disso, o papel da escolarização jovem-adulta no desenvolvimento humano é evidente quando se observa que ela impacta diretamente indicadores de qualidade de vida, como renda, saúde, autonomia e acesso a direitos sociais. Do mesmo modo, ao elevar o nível de instrução da população, a modalidade contribui para o fortalecimento do capital humano, promovendo a capacidade das pessoas de compreender, analisar e transformar sua própria realidade. Em diversos municípios goianos, essa expansão da escolaridade básica tem permitido que adultos ampliem perspectivas profissionais, participem de cursos de qualificação e ingressem em ocupações antes inacessíveis. Nesse sentido, Martin (2025) destaca que a escolarização influencia profundamente processos de emancipação social.

Quando se analisa o território, nota-se que a modalidade também desempenha função relevante na redução das desigualdades municipais, permitindo que localidades com baixos índices de desenvolvimento humano possam alcançar melhores patamares ao longo do tempo. Por isso, municípios que conseguem manter turmas regulares apresentam maior possibilidade de ampliar oportunidades formativas, fortalecer vínculos comunitários e estimular o desenvolvimento local. Entretanto, essa realidade se contrasta com regiões que não possuem oferta, o que aprofunda disparidades territoriais que já caracterizam o estado de Goiás. Esse fenômeno é amplamente discutido por Silva, Silva e Oliveira (2023).

Outro aspecto fundamental envolve os impactos sociais da escolarização, pois o retorno dos estudantes à escola fortalece o senso de pertencimento e promove a reconfiguração de identidades historicamente construídas sob a lógica da exclusão. De fato, muitos sujeitos encontram na modalidade um espaço de acolhimento e reconstrução simbólica, onde saberes prévios são valorizados e experiências são compartilhadas coletivamente. A propósito, a modalidade se converte em ambiente no qual trajetórias interrompidas são reorganizadas, criando condições para que estudantes passem a ocupar novos espaços sociais. Ao examinar experiências de inclusão educacional, Rodrigues (2023) enfatiza a importância de práticas pedagógicas que reconheçam trajetórias de vida.

Também é importante destacar que o fortalecimento do capital humano produzido pela modalidade atende diretamente às necessidades econômicas do estado, pois trabalhadores mais qualificados apresentam maior capacidade de adaptação às exigências contemporâneas do mercado de trabalho. Assim, a ampliação da escolaridade não se resume ao acesso ao diploma, mas envolve o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais fundamentais para ocupações cada vez mais complexas. Em síntese, a escolarização se torna ferramenta indispensável para o fortalecimento das cadeias produtivas regionais, como aponta Castro (2024) ao analisar relações entre educação e desenvolvimento econômico.

Ainda nesse debate, observa-se que a modalidade promove efeitos indiretos sobre o desenvolvimento territorial, estimulando a circulação de conhecimento, a participação cidadã e a consolidação de redes comunitárias que impactam positivamente a vida local.

Além disso, a presença de turmas em determinados municípios fortalece instituições públicas, incentiva práticas culturais e amplia a participação dos sujeitos em espaços decisórios, ampliando a democracia local. Com certeza, processos educativos contínuos fortalecem a capacidade crítica da população, algo essencial para transformar realidades sociais complexas, como menciona Novais (2024) em sua análise sobre educação e equidade.

Em outra perspectiva, a modalidade também influencia transformações familiares, pois estudantes que retomam os estudos acabam por estimular filhos, parentes e vizinhos a se engajar na escola e valorizam ainda mais a educação formal. Essa dimensão intergeracional contribui de forma significativa para romper ciclos de exclusão escolar, permitindo que novas gerações tenham mais oportunidades e expectativas de continuidade dos estudos. Portanto, o impacto da escolarização jovem-adulta ultrapassa o indivíduo, alcançando famílias e comunidades inteiras. Nesse sentido, Malta et al. (2025) argumentam que políticas de inclusão devem considerar dimensões familiares e comunitárias.

Outro fator a ser considerado é que a modalidade articula-se com políticas de qualificação profissional, ampliando as condições de inserção produtiva de estudantes que, muitas vezes, retornam à escola com o objetivo de melhorar suas condições de trabalho. Assim, ao possibilitar que jovens e adultos desenvolvam competências profissionais, a modalidade contribui para reduzir desigualdades no acesso ao mercado e favorece a mobilidade ocupacional. Essa articulação entre escolarização e qualificação revela-se central para compreender o potencial transformador da modalidade em diferentes regiões do estado. Como ressaltam Paula

Pereira et al. (2025), políticas que integram educação e trabalho tendem a produzir efeitos mais duradouros.

A escolarização também contribui para a formação cidadã dos estudantes, permitindo maior entendimento sobre direitos, políticas públicas e participação social. Do mesmo modo, a modalidade fortalece valores democráticos, estimula o pensamento crítico e amplia a capacidade de questionar desigualdades que atravessam tanto o território goiano quanto o contexto nacional. Em diversas regiões do estado, verifica-se que estudantes que concluem o ensino médio passam a participar de associações comunitárias, conselhos municipais e espaços coletivos de deliberação. A esse respeito, Oliveira (2024) ressalta que práticas educativas inclusivas ampliam a capacidade de intervenção social dos sujeitos.

Ao considerar o conjunto de impactos que a modalidade produz no território goiano, conclui-se que ela constitui instrumento indispensável para a promoção do desenvolvimento humano, social e econômico do estado. Em outras palavras, a escolarização jovem-adulta tem potencial para reorganizar trajetórias individuais, fortalecer comunidades e ampliar oportunidades produtivas, criando condições mais adequadas para o desenvolvimento regional sustentável. Dessa forma, compreender a profundidade dessa contribuição permite avançar no debate sobre políticas públicas necessárias para ampliar a oferta e garantir maior equidade educacional. Com base nessas reflexões, as considerações finais buscarão sintetizar os principais elementos discutidos e apontar caminhos para fortalecer a modalidade, conforme também defendem Santos Dos et al. (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciaram que a escolarização jovem-adulta no estado de Goiás exerce papel fundamental na consolidação do desenvolvimento regional, ao ampliar oportunidades formativas, reduzir desigualdades e fortalecer trajetórias historicamente interrompidas. Em síntese, a modalidade emerge como um dispositivo essencial para garantir que trabalhadores, mulheres, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade possam acessar direitos básicos e construir novos projetos de vida, ainda que persistam desafios estruturais que limitam sua abrangência territorial e sua capacidade de transformação plena. Como reforça Freitas (2024), a modalidade ocupa lugar central na luta por equidade e democratização educacional.

Além disso, constatou-se que as desigualdades estruturais que atravessam o território goiano repercutem de forma direta na distribuição das ofertas, na permanência escolar e nas condições de participação dos estudantes na vida comunitária e econômica. Dessa forma, compreender a modalidade implica reconhecer a interdependência entre políticas educacionais, sociais e econômicas, uma vez que o acesso ao ensino médio jovem-adulto depende de infraestrutura adequada, formação docente contínua, apoio governamental e políticas territorializadas. A propósito, essa articulação entre educação e desenvolvimento humano também é destacada por Silva, Silva e Oliveira (2023), ao analisarem a realidade da modalidade no estado.

Ao se observar as dimensões produtivas, econômicas e territoriais, evidencia-se que a escolarização jovem-adulta possui potencial significativo para fortalecer o capital humano regional, ampliar a empregabilidade e impulsionar cadeias produtivas que exigem

maior qualificação. Entretanto, para que esse potencial se realize plenamente, torna-se imprescindível superar desafios históricos relacionados à falta de continuidade das turmas, à carência de políticas de assistência estudantil e à ausência de integração consistente entre formação escolar e qualificação profissional. Nesse sentido, Castro (2024) aponta que políticas educacionais desconectadas do desenvolvimento econômico tendem a produzir impactos limitados.

Reforça-se que investir na escolarização jovem-adulta é investir, simultaneamente, na melhoria da qualidade de vida, no fortalecimento da cidadania e na construção de um território mais justo e equilibrado. A modalidade, quando devidamente apoiada, transforma indivíduos, famílias e comunidades, atuando como eixo articulador entre educação, trabalho, inclusão social e participação democrática. Dessa forma, ampliar sua oferta e qualificar suas práticas pedagógicas constitui tarefa urgente para que Goiás avance rumo a um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e igualitário. Como conclui Martin (2025), políticas educacionais comprometidas com equidade têm capacidade de modificar, de maneira profunda, o futuro de uma sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Fábio S. O financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto de políticas neoliberais. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, n. 1, p. 1–22, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/5fDmC6cXHSHDrrvK4KChhFQ/>. Acesso em: 09 dez. 2025.

FREITAS, Brenda Farias. O que mudou na Educação de Jovens e Adultos no Brasil? Análise histórica e contemporânea. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 53–72, 2024. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742024000200053. Acesso em: 09 dez. 2025.

MALTA, Daniela Paula de Lima Nunes; SANTOS, Cíntia Gonçalves dos; MENEZES, Cláudia Alves et al. Desafios e inovações na Educação de Jovens e Adultos: estratégias para inclusão e cidadania. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 315–334, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i1.17787. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/17787/10139/43768>. Acesso em: 09 dez. 2025.

MARTIN, Patrícia Raasch Chiapani de. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: análise crítica de políticas, permanência e aprendizagens em contextos de desigualdade. *Lumen et Virtus*, Florianópolis, v. 16, n. 53, p. 1–18, 2025. DOI: 10.56238/levv16n53-126. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/9335>. Acesso em: 09 dez. 2025.

NOVAIS, Valéria Silva de Moraes. As políticas educativas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil na perspectiva da Agenda 2030: argumentos para um debate. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 29, e290090, 2024. DOI: 10.1590/S1413-24782024290090. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tCn84PRSQwXv8kRxwKmgZvH/>. Acesso em: 09 dez. 2025.

OLIVEIRA, Giovana Lima de. Inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos: desafios e possibilidades de acesso tecnológico.

Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 34, n. 1, p. 91–108, 2024. Disponível em:

<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/13707>.

Acesso em: 09 dez. 2025.

PAULA PEREIRA, Pollyana de; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva; FABRI TEIXEIRA, Natália Caroline; SILVEIRA, Raquel Francisca.

Educação de Jovens e Adultos: entre defesas, políticas e a realidade.

Inter-Ação, Goiânia, v. 50, n. 2, p. 477–492, 2025. DOI:

10.5216/ia.v50i2.82808. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/82808>. Acesso em: 09

dez. 2025.

RODRIGUES, Raquel Cristina de Moraes. A Educação de Jovens e Adultos: um mecanismo de inclusão social. *Revista Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 10, n. 4, p. 412–427, 2023. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8361>. Acesso em: 09 dez. 2025.

SANTOS DOS, Antonio Nacílio; FELIPPE, José Neto de Oliveira; FONSECA, Edimar Fonseca da et al. Youth and Adult Education (EJA) in Brazil: challenges and perspectives in curriculum and methodologies in the light of the LDB. *Lumen et Virtus*, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 1–19, 2025. DOI: 10.56238/arev7n4-227. Disponível em:

<https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/download/4592/6969/19665>. Acesso em: 09 dez. 2025.

SILVA, José Moisés Nunes da. A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional no Brasil: 13 anos depois. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 26, n. 4, p. 169–185, 2023. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13058>. Acesso em: 09 dez. 2025.

Silva, T. G. de C.; Silva, A.; Oliveira, R. (2023). “Educação de Jovens e Adultos em Goiás: desafios e tendências”. Revista Sapiência — Universidade Estadual de Goiás.

¹ Mestrando do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional na UNIALFA – Universidade Alves de Farias localizada na Avenida Perimetral Norte, 4129 - Setor Vila João Vaz, Goiânia - Goiás. E-mail: mrff08@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5977765078338834>

² Doutora em Educação (PUC-GO); Professora no Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional na UNIALFA. E-mail: ednamariajesus20@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2527154939418859>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3498-4290>